



SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
GERÊNCIA DE RECURSOS LOGÍSTICOS
COORDENAÇÃO DE PLANEJAMENTO DE COMPRAS E SERVIÇOS

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação, de serviços continuados, sem locação de mão de obra exclusiva, de monitoramento e rastreamento veicular via satélite por GPS/GSM/GPRS, compreendendo a instalação de módulos rastreadores em comodato, disponibilização e licença de software de gerenciamento com acesso via Web e os respectivos serviços de instalação, configuração, capacitação, suporte técnico e garantia de funcionamento para gestão de frota de fiscalização da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

GRUPO	ITEM	UNID MEDIDA	DESCRIÇÃO	CATSERV	QTD DE VEÍCULOS	QTD MESES	Valor Unitário Mensal	Valor Total Mensal	Valor Total
1	1	unid	Serviço de monitoramento e rastreamento veicular por meio de satélite GPS/GMS/RPRS, compreendendo a instalação de módulos rastreadores em comodato, disponibilização e licença de software de gerenciamento com acesso via Web e os respectivos serviços de instalação, configuração, capacitação, suporte técnico e garantia de funcionamento, conforme sequência de 01 a 96 da tabela do Anexo III, com início de efetivo monitoramento a partir de 01/01/2024.	25410	96	19	57,15	5.486,40	104.241,60
	2	unid	Serviço de monitoramento e rastreamento veicular por meio de satélite GPS/GMS/RPRS, compreendendo a instalação de módulos rastreadores em comodato, disponibilização e licença de software de gerenciamento com acesso via Web e os respectivos serviços de instalação, configuração, capacitação, suporte técnico e garantia de funcionamento, conforme sequência de 97 a 135 da tabela do Anexo III, com início de efetivo monitoramento a partir de 01/08/2023.	25410	39	24	57,15	2.228,85	53.492,40
	TOTAL				135				157.734,00

* OBS: 1. Por se tratarem de veículos novos, os veículos do item 2, inicialmente estarão vinculados a cidade de Brasília DF, mas após a assinatura do contrato esses veículos poderão estar vinculados a quaisquer outros escritórios da Agência.

** OBS 2. O valor máximo unitário aceitável será o valor da coluna "valor unitário mensal", qual seja R\$ 57,15 (cinquenta e sete reais e quinze centavos).

- 1.2. Os serviços, objeto desta contratação, são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- 1.3. O prazo de vigência da contratação é de 24 meses, contados do(a) assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.3.1. O contrato terá períodos distintos para início de execução, relacionados aos veículos dos itens 1 e 2 da tabela acima, sendo que:
- 1.3.1.1. Para os veículos do Item 1, deste Termo de Referência, **o início de execução será a partir do recebimento da Ordem de Serviço com o efetivo monitoramento a partir 01/01/2024.**
- 1.3.1.2. Para os veículos do Item 2, deste Termo de Referência, **o início de execução será a partir do recebimento da Ordem de Serviço com o efetivo monitoramento a partir 01/08/2023.**
- 1.3.2. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que a monitoração e rastreamento veicular é uma necessidade permanente para o controle do bens da Agência e a sua interrupção pode comprometer a continuidade das atividades de Fiscalização da ANTT, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando que a empresa que contratar com a ANTT poderá diluir o valor de seu investimento nos equipamentos que fornecerão em comodato por um período maior.
- 1.4. As localidades relacionadas no Anexo III, deste Termo de Referência, poderão ser alteradas a qualquer momento por necessidade de adequação da frota às necessidades de fiscalização da ANTT. Dessa forma, a contratada deverá dispor do serviço de instalação/desinstalação dos equipamentos em todas as capitais do País.
- 1.4.1. O detalhamento acerca dos endereços dos Escritórios Regionais da ANTT, a título de conhecimento sobre a vinculação dos veículos, encontram-se no ANEXO IV deste Termo de Referência.
- 1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.
2. **FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**
- 2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.
- 2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2023, conforme detalhamento a seguir:
- I - ID PCA no PNCP: 04898488000177-0-000001/2023
 - II - Data de Publicação no PNCP: 20 de maio de 2023
 - III - Id do item no PCA: 65
 - IV - Classe/Grupo: 6350 - Sistema de diversos de sinalização, alarme e detecção para segurança
 - V - Identificador da Futura Contratação: 393001-5/2023
3. **DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO**
- 3.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.
4. **REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**
- Sustentabilidade**
- 4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:
- a) bens constituídos preferencialmente, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;

- b) que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do instituto nacional de metrologia, normalização e qualidade industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;
- c) os bens devem ser, preferencialmente, acondicionados em embalagens individuais adequadas, com o menor volume possível, que utilizem materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

Indicação de marcas ou modelos

- 4.2. Na presente contratação não serão indicadas marcas e modelos.

Da exigência de carta de solidariedade

- 4.3. Não será exigida carta de solidariedade no presente certame pois pode restringir sua competitividade.

Subcontratação

- 4.4. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

- 4.5. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual de 2% do valor contratual, conforme regras previstas no contrato.
- 4.6. A garantia nas modalidades caução e fiança bancária deverá ser prestada em até 10 (dez) dias após a assinatura do contrato.
- 4.7. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.
- 4.8. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

Vistoria

- 4.9. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

- 5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:
- 5.1.1. Início da execução do objeto será quando a Contratante emitir Ordem de Serviço (ANEXO V), com a solicitação de instalação dos módulos rastreadores nos veículos nela inseridos;
 - 5.1.2. A conclusão da instalação dos módulos rastreadores deverá ser concluída de forma que o monitoramento dos veículos inicie no dia 01/08/2023 para os veículos relacionados no item 2 e no dia 01/01/2024 para os veículos relacionados no item 1;
 - 5.1.3. A Cobrança pelos serviços só será admitida após a instalação e efetiva utilização do sistema de monitoramento;

Local e horário da prestação dos serviços

- 5.2. Os serviços serão prestados onde os veículos estiverem trafegando por se tratar de monitoramento em tempo real da frota da contratante.
- 5.3. Os serviços serão prestados em tempo integral.

Rotinas a serem cumpridas

- 5.4. A execução contratual observará as rotinas abaixo:

5.4.1. A instalação dos equipamentos (módulos rastreadores) deverá ser realizada diretamente na Sede em Brasília ou nos Escritórios Regionais, conforme quantitativo indicado na relação dos veículos e endereços de localização, constantes dos Anexos III e IV deste Termo de Referência.

5.4.2. **Caso haja necessidade de alteração da data da instalação dos equipamentos, pela ANTT, a contratada será comunicada da nova data de início da instalação, devendo ser considerado novo prazo de 10(dez) dias úteis para realização dos serviços.**

5.4.3. As localidades relacionadas no Anexo III, deste Termo de Referência, poderão ser alteradas a qualquer momento por necessidade de adequação da frota às necessidades de fiscalização da ANTT. Dessa forma, a contratada deverá dispor do serviço de instalação/desinstalação dos equipamentos em todas as capitais do País.

5.4.4. O detalhamento acerca dos endereços dos Escritórios Regionais da ANTT, a título de conhecimento sobre a vinculação dos veículos, encontra-se no ANEXO IV deste Termo de Referência.

Materiais a serem disponibilizados

5.5. Para a perfeita execução dos serviços as informações relativas aos requisitos e/ou características do equipamento, do sistema, da operacionalização, do treinamento, do suporte e da manutenção, foram detalhadas no Anexo I do presente Termo de Referência.

5.6. A contratada deverá disponibilizar, em comodato, equipamento rastreador conforme descrito nos itens I, II e sistema de monitoramento descrito no item III dos Requisitos de Contratação - Indicação de Marcas e Modelos (Anexo I).

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.7. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.7.1. O equipamento rastreador deve ser composto de:

5.7.1.1. microprocessador/microcontrolador, antena GPS, modem celular digital, memória interna, entradas e saídas digitais;

5.7.1.2. Tecnologia de Comunicação GSM/GPRS;

5.7.1.3. Tecnologia de Localização GPS;

5.7.1.4. Antena GSM Interna e Antena GPS Interna;

5.7.1.5. Horímetro interno;

5.7.1.6. Bateria Interna;

5.7.1.7. Precisão de posicionamento não superior a 5 metros;

5.7.1.8. Tecnologia que permita a atualização remota do software;

5.7.1.9. Os Módulos AVL deverão ser capazes de desencadear diversas ações por intermédio do software de monitoramento e rastreamento, enviadas através de comandos específicos, tais como: Transmitir à central de controle a situação atual do veículo, Permitir a alteração e configuração remota dos parâmetros de configuração do equipamento, Permitir a alteração do estado das saídas (atuadores), acionando ou desligando os dispositivos eventualmente conectados aos Módulos AVL e permitir a requisição remota dos parâmetros configurados no setup do equipamento.

5.7.1.10. Toda comunicação que for originada do veículo deve possibilitar no mínimo ao sistema de monitoramento e rastreamento a obtenção das informações da rota, quilometragem, velocidade média, localização, controle de velocidade, status da ignição, estado das entradas e das saídas de acionamento e tensão de alimentação da bateria;

5.7.1.11. Registro e envio das informações não superior a 60 (sessenta) segundos;

5.7.1.12. Imobilizador de Veículo

- 5.7.1.13. Aplicativo para sistema operacional Android/IOS;
- 5.7.1.14. Identificação eletrônica do condutor - onde o veículo deverá ser ligado somente a partir desta.

5.7.2. Da instalação e operação do Equipamento

- 5.7.2.1. A instalação dos módulos rastreadores nos veículos deverá ser realizada diretamente na Sede da ANTT em Brasília DF e em seus Escritórios Regionais localizadas em São Paulo SP, Rio de Janeiro RJ, Belo Horizonte MG, Curitiba PR, Florianópolis SC, Fortaleza CE, Goiânia GO e Cuiabá MT, conforme anexo IV, em datas previamente agendadas pela fiscalização do contrato. Nas demais Capitais, a Contratada deverá indicar o endereço do local do estabelecimento autorizado, desde que seja na Capital do Estado, para que a Contratante leve o veículo para a instalação dos referidos módulos;
- 5.7.2.2. O início da instalação dos módulos e o efetivo início do monitoramento e rastreamento deverá ocorrer a partir do recebimento da Ordem de Serviço;
- 5.7.2.3. O equipamento, a antena GPS e cabos elétricos e de sinais devem ser instalados preferencialmente no interior do veículo, protegidos do sol e da água;
- 5.7.2.4. O local da instalação no veículo deverá dificultar ao máximo o acesso de pessoa não autorizada;
- 5.7.2.5. Todos os acessórios, antenas e cabos necessários para instalação dos equipamentos nos veículos, devem ser fornecidos sem qualquer ônus adicional, devendo tais custos estarem amortizados no custo total da contratação;
- 5.7.2.6. Os equipamentos disponibilizados deverão estar em perfeitas condições de uso, cabendo à contratada a sua substituição ou reparação em caso de defeitos no funcionamento, em até 5 (cinco) dias após a abertura do chamado e disponibilização do veículo por parte da Contratante (telefone, e-mail).
- 5.7.2.7. A contratada, não poderá cobrar taxa de instalação e desinstalação, nem sob qualquer outra denominação, do equipamento em caso de remanejamento para outro veículo que compõe a frota da ANTT.

5.7.3. Do sistema de monitoramento e rastreamento

- 5.7.3.1. O serviço de rastreamento deverá oferecer cobertura em todo o território nacional;
- 5.7.3.2. Funcionamento 24 horas, durante 7 dias por semana;
- 5.7.3.3. Os mapas digitais e georreferenciados deverão ser disponibilizados para todo o território nacional;
- 5.7.3.4. Possibilidade de definição de perfis de usuários para controle de acesso ao sistema.
- 5.7.3.5. Cadastramento de veículos;
- 5.7.3.6. Informações Online: Apresentação da localização do veículo ou de toda a frota em mapas digitais de todo o Brasil em tempo real e com data e horário da última posição atualizada do veículo, com informações de velocidade (velocidade máxima, velocidade média) estado da ignição (ligada / desligada); tempo parado com motor ligado; rastro percorrido; distância percorrida; distância percorrida por faixa de horário por veículo;
- 5.7.3.7. Registro histórico de operação do veículo contendo data, hora, velocidade, localidade e ignição com todos os dados relacionados a cada veículo da frota, mantido por no mínimo 12 (doze) meses no banco de dados;
- 5.7.3.8. Enviar anualmente registro de histórico de operação do veículo contendo data, hora, velocidade, localidade e ignição com todos os dados relacionados a cada veículo da frota, para arquivo no banco de dados da contratante;
- 5.7.3.9. Informação em tempo real da violação de cerca eletrônica, com disparos de notificação por e-mail;
- 5.7.3.10. Controle de excesso de velocidade - com disparos de notificação;
- 5.7.3.11. Visualização do trajeto realizado por veículo, de forma individualizada; Visualização individual, parcial e global de todos os veículos no mapa;
- 5.7.3.12. Deverá permitir a exportação dos relatórios para PDF ou XLS.

Especificação da garantia do serviço

5.8. O prazo de garantia contratual dos serviços, complementar à garantia legal, será de, no mínimo de 12 (doze) meses, contando a partir do primeiro dia útil subsequente à data do efetivo monitoramento de cada veículo.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7. A Contratada deverá não necessitará manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período de vigência do contrato.

6.8. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

Fiscalização

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelos fiscais do contrato ou respectivos substitutos.

Fiscalização técnica

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.11. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.12. Identificada qualquer inexactidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

Fiscalização administrativa

6.16. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.17. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

6.18. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

6.18.1. A comunicação deverá ser feita por meio de correspondência eletrônica oficial.

Gestor do contrato

6.19. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.20. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.21. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.22. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.23. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.24. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.25. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Anexo II.

7.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.1.1.1. não produzir os resultados acordados,

7.1.1.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.1.1.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

- 7.2. A aferição do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.
- 7.3. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:
- 7.3.1. Mecanismos de Comunicação
- a) Os meios de comunicação que serão utilizados para contato entre contratante e contratada serão os seguintes:
 - b) Telefone;
 - c) Correio Eletrônico;
 - d) Reuniões;
 - e) Correspondências;
- 7.3.2. Da Unidade de Medida
- a) A unidade de medida é por unidade.
- 7.3.3. Dos Mecanismos de Controle
- a) A fiscalização da execução do objeto contratado será feita por meio dos seguintes mecanismos de controle, sem prejuízo de outros meios que permitam à ANTT assegurar o efetivo cumprimento das obrigações contratuais:
 - I - Conferência mensal, do prazo de atendimento às demandas da Agência;
 - II - Conferência mensal do número de serviços em que não foram necessários retornos do veículos à oficina.
- 7.3.4. Forma de aferição/medição dos serviços
- a) Os serviços deverão ser executados com base nos parâmetros mínimos e critérios de medição de resultado, identificando indicadores, metas, mecanismos de cálculo, forma de acompanhamento e adequações de pagamento por eventual atendimento das metas, conforme estabelecido no Instrumento de Medição de Resultado - IMR, disposto no Anexo II deste Termo.
 - b) A aplicação dos ajustes no pagamento decorrentes da medição dos serviços não substitui nem elimina as sanções e penalidades previstas em contrato ou na Lei nº 14.133/2021.

Do recebimento

- 7.4. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 7 (sete) dias, pelos fiscais técnico e administrativo mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.
- 7.5. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.
- 7.6. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.
- 7.7. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.
- 7.8. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.
- 7.9. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no

redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

- 7.9.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;
- 7.9.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
- 7.9.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. ([Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021](#))
- 7.9.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todas os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.
- 7.9.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 7.10. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
- 7.11. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 7 (sete) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:
- 7.11.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento ([art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).
- 7.11.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;
- 7.11.3. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
- 7.11.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.
- 7.11.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.
- 7.12. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 7.13. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.
- 7.14. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

- 7.15. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do [art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

- 7.16. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 7.17. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- a) o prazo de validade;
 - b) a data da emissão;
 - c) os dados do contrato e do órgão contratante;
 - d) o período respectivo de execução do contrato;
 - e) o valor a pagar; e
 - f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 7.18. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;
- 7.19. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133/2021](#).
- 7.20. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.
- 7.21. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
- 7.22. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 7.23. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
- 7.24. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.
- Prazo de pagamento**
- 7.25. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#).
- 7.26. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.
- Forma de pagamento**
- 7.27. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 7.28. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.29. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.29.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.30. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de crédito

7.31. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

7.32. As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante.

7.33. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.34. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o [art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#), nos termos do [Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020](#).

7.35. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos)[[A1](#)]

7.36. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço global .

Regime de execução

8.2. O regime de execução do contrato será a empreitada por preço unitário.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

- 8.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>.
- 8.7. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme [Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).
- 8.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.
- 8.11. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- 8.12. Ato de autorização para o exercício da atividade não será exigido, pelas características do objeto.
- 8.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.
- Habilitação fiscal, social e trabalhista**
- 8.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 8.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da [Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014](#), do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 8.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 8.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#);
- 8.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes *[Estadual/Distrital]* ou *[Municipal/Distrital]* relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 8.19. Prova de regularidade com a Fazenda *[Estadual/Distrital]* ou *[Municipal/Distrital]* do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 8.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos *[Estadual/Distrital]* ou *[Municipal/Distrital]* relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 8.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômica-Financeira

- 8.22. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação ([art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021](#)), ou de sociedade simples;
- 8.23. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#));
- 8.24. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:
- 8.24.1. índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);
- 8.24.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e
- 8.24.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.
- 8.24.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.
- 8.25. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 3 % do valor total estimado da parcela pertinente.
- 8.26. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º](#)).

Qualificação Técnica

- 8.27. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;[\[A1\]](#)
- 8.28. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.
- 8.29. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.
- 8.29.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:
- a) Certidão expedida pela ANATEL – Agência Nacional de Telecomunicações, dentro do período de validade, comprovando que os equipamentos disponibilizados são certificados e homologados por aquela agência;
 - b) Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por período não inferior a um ano, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devendo comprovar a execução dos serviços de rastreamento veicular do quantitativo mínimo equivalente a 50% (cinquenta por cento) da quantidade de veículos da ANTT.
 - c) Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;
 - d) Para a comprovação da experiência mínima de 1 (um) ano, será aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de o um ano serem ininterruptos, conforme item 10.7.1 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.
- 8.29.2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VIIA da IN SEGES/MP n. 5/2017.
- 8.30. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

- 8.30.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;
- 8.30.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;
- 8.30.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;
- 8.30.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;
- 8.30.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;
- 8.30.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação; e
- 8.30.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

9. **ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

- 9.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 157.734,00 (cento e cinquenta e sete mil setecentos e trinta e quatro reais)**, conforme custos unitários apostos na tabela 1.1 deste TR.

10. **ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

- 10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

- 10.1.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I - Gestão/Unidade:
- II - Fonte de Recursos:
- III - Programa de Trabalho:
- IV - Elemento de Despesa:
- V - Plano Interno:

- 10.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

ASSINATURAS DOS MEMBROS DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO	
Nome: Carlos Alberto Coelho Cordeiro	Matrícula/SIAPE: 1717145
(Assinatura Eletrônica)	

Carlos Alberto Coelho Cordeiro

Nome: Candida Machado P. Oliveira

Matrícula/SIAPE: 1352860

(Assinatura Eletrônica)

Candida Machado P. Oliveira

Nome: Márcio Xavier de Araújo

Matrícula/SIAPE: 2245441

(Assinatura Eletrônica)

Márcio Xavier de Araújo

APROVAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA PELA GERÊNCIA

(Assinatura Eletrônica)

Rafael Moya Fernandes Lopez

GERENTE DE RECURSOS LOGÍSTICOS

Aprovação do Termo de Referência pela autoridade competente

Nome: **CLÁUDIA FÁTIMA DA FONSECA ALVES**

Matrícula/SIAPE: 1312220

Considerando as justificativas apresentadas pelo setor demandante no documento por meio do qual solicita a abertura de processo licitatório em questão e no Termo de Referência, e tendo em vista que este contempla os elementos técnicos capazes de propiciar a avaliação do custo pela Administração com a contratação e os elementos técnicos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para caracterizar o objeto a ser contratado e orientar a execução e fiscalização contratual, assim como os demais elementos obrigatórios pertinentes exigidos no art. 3º, inciso XI, do Decreto nº 10.024/2019, APROVO o referido documento.

(Assinatura Eletrônica)

CLÁUDIA FÁTIMA DA FONSECA ALVES
Superintendente de Gestão Administrativa -Substituta

ANEXO I

REQUISITOS E/OU CARACTERÍSTICAS DOS EQUIPAMENTO, SISTEMAS E SUA OPERACIONALIZAÇÃO

A Contratada deverá fornecer os módulos rastreadores em regime de comodato, que devem possuir certidão expedida pela ANATEL – Agência Nacional de Telecomunicações, dentro do período de validade, comprovando que os equipamentos disponibilizados são certificados e homologados pela referida agência;

1. O equipamento rastreador deve ser composto de:

- a) microprocessador/microcontrolador, antena GPS, modem celular digital, memória interna, entradas e saídas digitais;
- b) Tecnologia de Comunicação GSM/GPRS;
- c) Tecnologia de Localização GPS;
- d) Antena GSM Interna e Antena GPS Interna;
- e) Horímetro interno;
- f) Bateria Interna;
- g) Precisão de posicionamento não superior a 5 metros;
- h) Tecnologia que permita a atualização remota do software;
- i) Os Módulos AVL deverão ser capazes de desencadear diversas ações por intermédio do software de monitoramento e rastreamento, enviadas através de comandos específicos, tais como: Transmitir à central de controle a situação atual do veículo, Permitir a alteração e configuração remota dos parâmetros de configuração do equipamento, Permitir a alteração do estado das saídas (atuadores), acionando ou desligando os dispositivos eventualmente conectados aos Módulos AVL e permitir a requisição remota dos parâmetros configurados no setup do equipamento.
- j) Toda comunicação que for originada do veículo deve possibilitar no mínimo ao sistema de monitoramento e rastreamento a obtenção das informações darota, quilometragem, velocidade média, localização, controle de velocidade, status da ignição, estado das entradas e das saídas de acionamento e tensão de alimentação da bateria;
- k) Registro e envio das informações não superior a 60 (sessenta) segundos;
- l) Imobilizador de Veículo
- m)Aplicativo para sistema operacional Android/IOS;

n) Identificação eletrônica do condutor - onde o veículo deverá ser ligado somente a partir desta;

2.

Da instalação e operação do Equipamento

- a) A instalação dos módulos rastreadores nos veículos deverá ser realizada diretamente na Sede da ANTT em Brasília DF e em seus Escritórios Regionais localizadas em São Paulo SP, Rio de Janeiro RJ, Belo Horizonte MG, Curitiba PR, Florianópolis SC, Fortaleza CE, Goiânia GO e Cuiabá MT, conforme anexo IV, em datas previamente agendadas pela fiscalização do contrato. Nas demais Capitais, a Contratada deverá indicar o endereço do local do estabelecimento autorizado, desde que seja na Capital do Estado, para que a Contratante leve o veículo para a instalação dos referidos módulos;
- b) A instalação deverá ocorrer em prazo não superior a 30 dias, a contar da assinatura do contrato;
- c) O equipamento, a antena GPS e cabos elétricos e de sinais devem ser instalados preferencialmente no interior do veículo, protegidos do sol e da água.
- d) O local da instalação no veículo deverá dificultar ao máximo o acesso de pessoa não autorizada;
- e) Todos os acessórios, antenas e cabos necessários para instalação dos equipamentos nos veículos, devem ser fornecidos sem qualquer ônus adicional, devendo tais custos estarem amortizados no custo total da contratação;
- f) Os equipamentos disponibilizados deverão estar em perfeitas condições de uso, cabendo à contratada a sua substituição ou reparação em caso de defeitos no funcionamento, em até 5 (cinco) dias após a abertura do chamado e disponibilização do veículo por parte da Contratante(telefone, e-mail).
- g) A contratada, não poderá cobrar taxa de instalação e desinstalação, nem sob qualquer outra denominação, do equipamento em caso de remanejamento para outro veículo que compõe a frota da ANTT.

3.

Do sistema de monitoramento e rastreamento

- a) O serviço de rastreamento deverá oferecer cobertura em todo o território nacional;
- b) Funcionamento 24 horas, durante 7 dias por semana;
- c) Os mapas digitais e georreferenciados deverão ser disponibilizados para todo o território nacional;
- d) Possibilidade de definição de perfis de usuários para controle de acesso ao sistema;
- e) Cadastramento de veículos;
- f) Informações Online: Apresentação da localização do veículo ou de toda a frota em mapas digitais de todo o Brasil em tempo real e com data e horário da última posição atualizada do veículo, com informações de velocidade (velocidade máxima, velocidade média) estado da ignição (ligada / desligada); tempo parado com motor ligado; rastro percorrido; distância percorrida; distância percorrida por faixa de horário por veículo.
- g) Registro histórico de operação do veículo contendo data, hora, velocidade, localidade e ignição com todos os dados relacionados a cada veículo da frota, mantido por no mínimo 12 (doze) meses no banco de dados;
- h) Informação em tempo real da violação de cerca eletrônica, com disparos de notificação por e-mail
- i) Controle de excesso de velocidade - com disparos de notificação.
- j) Visualização do trajeto realizado por veículo, de forma individualizada; Visualização individual, parcial e global de todos os veículos no mapa;
- k) Deverá permitir a exportação dos relatórios para PDF ou XLS.

4.

Do Treinamento

- a) Deverá ser ministrado treinamento operacional inerente à utilização do sistema para os usuários indicados pela Contratante.

b) Nos valores ofertados para a prestação dos serviços deverão estar inclusos todos os custos diretos ou indiretos, tais como salários, mão-de-obra, equipamentos, materiais, custos e despesas operacionais, tributos, encargos sociais, etc; inerentes ao sistema e à instalação dos módulos eletrônicos em cada veículo.

5. **Do suporte ao cliente**

a) A Contratada deverá oferecer serviço de suporte ao cliente por meio de canais de atendimento telefônico e/ou informatizado. Este serviço deverá estar disponível, minimamente, nos dias úteis, no horário das 08:00 às 18:00 horas.

b) O serviço de suporte deverá esclarecer dúvidas, prestar informações e solucionar problemas técnicos relativos ao serviço.

6. **Da manutenção e substituição de aparelhos**

a) A Contratada deverá arcar com os custos de manutenção, reparo e substituição dos aparelhos rastreadores, salvo nos casos de danos causados por dolo ou culpa de agente vinculado à Contratante;

b) O custo unitário do aparelho deverá constar da proposta apresentada pela Contratada, para fins de possível ressarcimento do agente vinculado à Contratante que tenha causado dano irreversível ao aparelho por dolo ou culpa.

c) Como condição para pagamento da indenização referida no subitem acima, a Contratada deverá apresentar laudo técnico especificando o defeito e as possíveis causas deste, além de orçamento detalhado para realização do reparo.

ANEXO II

INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)

1. Durante a vigência do contrato, a Administração adotará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR) de acordo com os parâmetros estabelecidos na IN SEGES/MP nº 05/2017 e suas alterações posteriores. O Instrumento de Medição de Resultado (IMR) contemplará 02 (dois) indicadores e as respectivas metas a cumprir, que serão acompanhados pela fiscalização do contrato.

2. Os Indicadores proposto implicam em variáveis que estão sob controle da Administração e permitem a mensuração da qualidade e eficiência dos serviços contratados.

3. A fiscalização do contrato acompanhará o desempenho da contratada com base nos indicadores propostos e utilizará formulários de controle (Tabelas 01 e 02) dos serviços, conforme modelos constantes deste anexo.

4. O resultado da avaliação mensal dos indicadores será entregue ao preposto da contratada em até 10 (dez) dias, contados da entrega do Relatório de Acompanhamento de Atividades ao fiscal administrativo/gestor, para que a contratada possa emitir a fatura mensal dos serviços executados.

5. Os pagamentos por parte da contratante serão proporcionais ao atendimento das metas estabelecidas no Instrumento de Medição de Resultado (IMR) estabelecido.

INDICADOR	
Nº 1	Execução operacional do contrato
Item	Descrição
Finalidade	Cumprimento da execução dos serviços dentro do prazo previamente acordado.
Meta a cumprir	90%

Instrumento de medição	Relatório Mensal de Execução emitido pelo servidor lotado no local de prestação dos serviços
Forma de acompanhamento	Por meio da fiscalização do contrato e dos servidores lotados no local de prestação dos serviços
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de Cálculo	Quantidade de serviços executados dentro do prazo previamente acordado (X) quantidade total de serviços solicitados(Y) * 100
Início de Vigência	Dia 1º de cada mês
Faixas de ajuste no pagamento	X/Y > ou = 90 % resulta em pagamento total do valor contratual
	X/Y > 50 % e < 90 % resulta na glosa de 5% do valor unitário mensal por veículo

INDICADOR	
Nº 2	Execução operacional do contrato
Item	Descrição
Finalidade	Serviços que necessitaram de volta do veículo à oficina para manutenção dos equipamentos colocados em comodato
Meta a cumprir	90 %
Instrumento de medição	Relatório Mensal de Acompanhamento de Atividades.
Forma de acompanhamento	Por meio da fiscalização do contrato e dos servidores lotados no local de prestação dos serviços.
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de Cálculo	Quantidade de serviços executados em que não foram necessários retornos dos veículos à oficina(X) quantidade total de serviços solicitados(Y) * 100
Início de Vigência	Dia 1º de cada mês
Faixas de ajuste no pagamento	X/Y > ou = 90 % resulta em pagamento total do valor contratual
	b) 75% a 89% = recebimento de 95% do valor unitário mensal por veículo
	X/Y > 50 % e < 90 % = recebimento de 90% do valor unitário mensal por veículo

ANEXO III

FROTA DE FISCALIZAÇÃO DA ANTT

Item	Veículo/Marca/Modelo	Placa	Chassi	Ano/Modelo	Cor	Combustível	Local de lotação
1	GM D-20 CUSTON L	AGX-6612	9BG244RNLKC004998	1989/1989	Bege	Diesel	SEDE
2	NISSAN FRONTIER	LWC-9529	94DCMUD224J529200	2004	Branca	Diesel	COLOG-CE
3	FIAT Siena	NMY-6563	9BD17241TA3545726	2010	Preta	Flex	COLOG-CE
4	FIAT Linea	OGD5G24	9BD1105BDD1559236	2013	Azul	Flex	COLOG-CE
5	PEUGEOT 207	AVY-1056	9362NN6AYDB013765	2012	Prata	Flex	COLOG-SC
6	NISSAN Xterra	LUW1E53	94DTMND225J609617	2005	Branca	Flex	COLOG-RJ

7	VW Saveiro 1.6	ALH-9529	9BWEB05XX44001666	2003/2004	Preta	Gasolina	SEDE
8	GM Blazer Colina 2.8 Turbo	DJL-1597	9BG116JJOAC437355	2009/2010	Branca	Diesel	COLOG-SP
9	FIAT Siena HLX 1.8	EEF-3912	9BD17241TA3545673	2009/2010	Preta	Flex	COLOG-SP
10	FIAT Strada Fire	IMJ-7806	9BDZ7801052457162	2005/2005	Branca	Gasolina	SEDE
11	FIAT Siena HLX 1.8	IQN-0996	9BD17241TA3545734	2009/2010	Preta	Flex	COLOG-PR
12	FIAT Palio Weekend ELX Flex	JFQ-5305	9BD17301B54131904	2005/2005	Branca	Flex	COLOG-SP
13	FIAT Siena Hlx1.8 Dual Flex 4p	JHG-6962	9BD17241TA3549772	2009/2010	Preta	Flex	SEDE
14	RENAULT Master L3H2 2.5	JJU2I81	93YADCUL6BJ522842	2010/2011	Branca	Diesel	COLOG-SC
15	RENAULT Master L3H2 2.5	JJU-3661	93YADCUL6BJ521835	2010/2011	Branca	Diesel	COLOG-MG
16	RENAULT Master L3H2 2.5	JJU-3681	93YADCUL6BJ522768	2010/2011	Branca	Diesel	COLOG-SC
17	RENAULT Master L3H2 2.5	JJU-8001	93YADCUL6BJ521892	2010/2011	Branca	Diesel	COLOG-SP
18	RENAULT Master L3H2 2.5	JJU-8011	93YADCUL6BJ521866	2010/2011	Branca	Diesel	SEDE
19	RENAULT Master L3H2 2.5	JJU8H11	93YADCUL6BJ522793	2010/2011	Branca	Diesel	COLOG-RJ
20	RENAULT Master L3H2 2.5	JJU-8721	93YADCUL6BJ521972	2010/2011	Branca	Diesel	COLOG-CE
21	RENAULT Master L3H2 2.5	JJU-8731	93YADCUL6BJ522743	2010/2011	Branca	Diesel	COLOG-MG
22	FIAT Siena Hlx 1.8	JSY-5301	9BD17241TA3545739	2009/2010	Preta	Flex	COLOG-MG
23	FIAT Siena HLX 1.8	NUO-4991	9BD17241TA3545930	2009/2010	Preta	Flex	COLOG-CE
24	VW Golf 1.6 Sportline	NPS-6912	9BWAB41J3C4011901	2012	Branco	Flex	SEDE
25	NISSAN March 1.0 S	PAF-3416	94DFFJK13FB101333	2015/2015	Branca	Flex	SEDE
26	MITSUBISHI L200 Triton HLS	PAF3E74	93XFNKA5TFCF10876	2015/2015	Branca	Flex	COLOG-RJ
27	MITSUBISHI L200 Triton HLS	PAF-3475	93XFNKA5TFCF10884	2015	Branca	Flex	COLOG-SP
28	MITSUBISHI L200 Triton HLS	PAF-3476	93XFNKA5TFCF10891	2015/2015	Branca	Flex	COLOG-MT
29	MITSUBISHI L200 Triton HLS	PAF-3478	93XFNKA5TFCF10869	2015/2015	Branca	Flex	COLOG-SC
30	NISSAN Sentra SV CVT Flex	PAF-3481	3N1BB7AD9FY206772	2015/2015	Branca	Flex	SEDE
31	NISSAN Sentra SV CVT Flex	PAF3E82	3N1BB7AD0FY207180	2015/2015	Branca	Flex	COLOG-RJ
32	NISSAN Sentra SV CVT Flex	PAF-3686	3N1BB7AD6FY207023	2015/2015	Branca	Flex	COLOG-MT
33	NISSAN Sentra SV CVT Flex	PAF-3687	3N1BB7ADXFY206750	2015	Branca	Flex	COLOG-PR
34	NISSAN Sentra SV CVT Flex	PAF3G88	3N1BB7AD8FY206844	2015/2015	Branca	Flex	COLOG-RJ
35	NISSAN Sentra SV CVT Flex	PAF-3689	3N1BB7AD8FY206763	2015/2015	Branca	Flex	SEDE
36	NISSAN Sentra SV CVT Flex	PAF-3690	3N1BB7AD7FY206852	2015/2015	Branca	Flex	COLOG-MG
37	NISSAN Sentra SV CVT Flex	PAF-3691	3N1BB7AD7FY206804	2015/2015	Branca	Flex	COLOG-CE
38	NISSAN Sentra SV CVT Flex	PAF-3692	3N1BB7AD6FY206888	2015/2015	Branca	Flex	COLOG-MG
39	NISSAN Sentra SV CVT Flex	PAF-3693	3N1BB7AD5FY206915	2015/2015	Branca	Flex	COLOG-SC
40	NISSAN Sentra SV CVT Flex	PAF-3694	3N1BB7AD2FY206838	2015	Branca	Flex	COLOG-SP
41	Cabine Dupla 2.5 Advantage Flex	PBJ-1639	9BG148TA0JC449345	2018/2018	Branca	Flex	COLOG-SC
42	Cabine Dupla 2.5 Advantage Flex	PBJ-6110	9BG148TA0JC446567	2018/2018	Branca	Flex	COLOG-MG
43	Cabine Dupla 2.5 Advantage Flex	PBJ-6111	9BG148TA0JC446846	2018/2018	Branca	Flex	SEDE
44	Cabine Dupla 2.5 Advantage Flex	PBJ-6112	9BG148TA0JC446894	2018/2018	Branca	Flex	COLOG-CE
45	Cabine Dupla 2.5 Advantage Flex	PBJ-6113	9BG148TA0JC448232	2018/2018	Branca	Flex	COLOG-SP
46	Cabine Dupla 2.5 Advantage Flex	PBJ-6114	9BG148TA0JC448332	2018/2018	Branca	Flex	COLOG-SP

47	Cabine Dupla 2.5 Advantage Flex	PBJ-6115	9BG148TA0JC449023	2018/2018	Branca	Flex	COLOG-SP
48	Cabine Dupla 2.5 Advantage Flex	PBJ8E90	9BG148TA0JC401905	2018/2018	Branca	Flex	COLOG-SP
49	Cabine Dupla 2.5 Advantage Flex	PBJ8E91	9BG148TA0JC402728	2018/2018	Branca	Flex	COLOG-SP
50	Cabine Dupla 2.5 Advantage Flex	PBJ8E92	9BG148TA0JC402700	2018/2018	Branca	Flex	COLOG-RJ
51	Cabine Dupla 2.5 Advantage Flex	PBJ-8494	9BG148TA0JC402239	2018/2018	Branca	Flex	COLOG-MG
52	Cabine Dupla 2.5 Advantage Flex	PBJ8E95	9BG148TA0JC402336	2018/2018	Branca	Flex	COLOG-PR
53	Cabine Dupla 2.5 Advantage Flex	PBJ8E96	9BG148TA0JC401790	2018/2018	Branca	Flex	COLOG-MT
54	Cabine Dupla 2.5 Advantage Flex	PBJ-8497	9BG148TA0JC404470	2018/2018	Branca	Flex	COLOG-SC
55	Cabine Dupla 2.5 Advantage Flex	PBJ-8498	9BG148TA0JC403612	2018/2018	Branca	Flex	COLOG-SC
56	Cabine Dupla 2.5 Advantage Flex	PBJ-8499	9BG148TA0JC404003	2018/2018	Branca	Flex	COLOG-SP
57	Cabine Dupla 2.5 Advantage Flex	PBJ-8500	9BG148TA0JC403775	2018/2018	Branca	Flex	COLOG-CE
58	Cabine Dupla 2.5 Advantage Flex	PBJ-8501	9BG148TA0JC402276	2018/2018	Branca	Flex	COLOG-CE
59	Cabine Dupla 2.5 Advantage Flex	PBJ-8502	9BG148TA0JC403092	2018/2018	Branca	Flex	COLOG-MG
60	Cabine Dupla 2.5 Advantage Flex	PBJ-8503	9BG148TA0JC402102	2018/2018	Branca	Flex	COLOG-CE
61	S10 CAB DUPLA LT 2.5 ECOTEC 4X2 AUT.	RED7F66	9BG148EA0LC434703	2019/2020	Branca	Flex	COLOG-RJ
62	S10 CAB DUPLA LT 2.5 ECOTEC 4X2 AUT.	RED7F68	9BG148EA0LC434899	2019/2020	Branca	Flex	COLOG-RJ
63	S10 CAB DUPLA LT 2.5 ECOTEC 4X2 AUT.	RED7F69	9BG148EA0LC434708	2019/2020	Branca	Flex	COLOG-RJ
64	S10 CAB DUPLA LT 2.5 ECOTEC 4X2 AUT.	RED7F71	9BG148EA0LC434911	2019/2020	Branca	Flex	COLOG-PR
65	S10 CAB DUPLA LT 2.5 ECOTEC 4X2 AUT.	RED7F73	9BG148EA0LC434720	2019/2020	Branca	Flex	SEDE
66	S10 CAB DUPLA LT 2.5 ECOTEC 4X2 AUT.	RED7F74	9BG148EA0LC434943	2019/2020	Branca	Flex	COLOG-GO
67	S10 CAB DUPLA LT 2.5 ECOTEC 4X2 AUT.	RED7F77	9BG148EA0LC434944	2019/2020	Branca	Flex	SEDE
68	S10 CAB DUPLA LT 2.5 ECOTEC 4X2 AUT.	RED7F80	9BG148EA0LC434951	2019/2020	Branca	Flex	COLOG-MG
69	S10 CAB DUPLA LT 2.5 ECOTEC 4X2 AUT.	RED7F82	9BG148EA0LC434978	2019/2020	Branca	Flex	COLOG-MG
70	S10 CAB DUPLA LT 2.5 ECOTEC 4X2 AUT.	RED7F84	9BG148EA0LC434749	2019/2020	Branca	Flex	COLOG-MG
71	S10 CAB DUPLA LT 2.5 ECOTEC 4X2 AUT.	RED7F85	9BG148EA0LC435005	2019/2020	Branca	Flex	COLOG-SC
72	S10 CAB DUPLA LT 2.5 ECOTEC 4X2 AUT.	RED7F88	9BG148EA0LC435011	2019/2020	Branca	Flex	COLOG-SC
73	S10 CAB DUPLA LT 2.5 ECOTEC 4X2 AUT.	RED7F89	9BG148EA0LC434771	2019/2020	Branca	Flex	SEDE
74	S10 CAB DUPLA LT 2.5 ECOTEC 4X2 AUT.	RED7F92	9BG148EA0LC435016	2019/2020	Branca	Flex	COLOG-SC
75	S10 CAB DUPLA LT 2.5 ECOTEC 4X2 AUT.	RED7F93	9BG148EA0LC434838	2019/2020	Branca	Flex	COLOG-SC
76	S10 CAB DUPLA LT 2.5 ECOTEC 4X2 AUT.	RED7F95	9BG148EA0LC435050	2019/2020	Branca	Flex	COLOG-PR
77	S10 CAB DUPLA LT 2.5 ECOTEC 4X2 AUT.	RED7F96	9BG148EA0LC434848	2019/2020	Branca	Flex	COLOG-PR
78	S10 CAB DUPLA LT 2.5 ECOTEC 4X2 AUT.	RED7F97	9BG148EA0LC435059	2019/2020	Branca	Flex	COLOG-SP
79	S10 CAB DUPLA LT 2.5 ECOTEC 4X2 AUT.	RED7F98	9BG148EA0LC435077	2019/2020	Branca	Flex	COLOG-SP
80	S10 CAB DUPLA LT 2.5 ECOTEC 4X2 AUT.	RED8F02	9BG148EA0LC435085	2019/2020	Branca	Flex	COLOG-CE
81	S10 CAB DUPLA LT 2.5 ECOTEC 4X2 AUT.	RED8F05	9BG148EA0LC435093	2019/2020	Branca	Flex	COLOG-CE
82	S10 CAB DUPLA LT 2.5 ECOTEC 4X2 AUT.	RED8F06	9BG148EA0LC434857	2019/2020	Branca	Flex	COLOG-CE
83	S10 CAB DUPLA LT 2.5 ECOTEC 4X2 AUT.	RED8F09	9BG148EA0LC435111	2019/2020	Branca	Flex	COLOG-MG
84	S10 CAB DUPLA LT 2.5 ECOTEC 4X2 AUT.	RED8F11	9BG148EA0LC434885	2019/2020	Branca	Flex	COLOG-MG
85	S10 CAB DUPLA LT 2.5 ECOTEC 4X2 AUT.	RED8F12	9BG148EA0LC435153	2019/2020	Branca	Flex	COLOG-CE
86	S10 CAB DUPLA LT 2.5 ECOTEC 4X2 AUT.	RED8F14	9BG148EA0LC435188	2019/2020	Branca	Flex	COLOG-CE

87	S10 CAB DUPLA LT 2.5 ECOTEC 4X2 AUT.	RED8F16	9BG148EA0LC435166	2019/2020	Branca	Flex	COLOG-CE
88	S10 CAB DUPLA LT 2.5 ECOTEC 4X2 AUT.	RED8F18	9BG148EA0LC435208	2019/2020	Branca	Flex	COLOG-CE
89	S10 CAB DUPLA LT 2.5 ECOTEC 4X2 AUT.	RED8F19	9BG148EA0LC435205	2019/2020	Branca	Flex	COLOG-MT
90	S10 CAB DUPLA LT 2.5 ECOTEC 4X2 AUT.	RED8F20	9BG148EA0LC438688	2019/2020	Branca	Flex	COLOG-CE
91	MMC/L200 TRITON SPO GLSA	SGQ6J08	93XSYKL1TPCN66409	2022/2023	Branca	Diesel	SEDE
92	MMC/L200 TRITON SPO GLSA	SGQ6J10	93XSYKL1TPCN66392	2022/2023	Branca	Diesel	SEDE
93	MMC/L200 TRITON SPO GLSA	SGQ6J11	93XSYKL1TPCN66428	2022/2023	Branca	Diesel	SEDE
94	MMC/L200 TRITON SPO GLSA	SGQ6J14	93XSYKL1TPCN63540	2022/2023	Branca	Diesel	SEDE
95	MMC/L200 TRITON SPO GLSA	SGQ6J16	93XSYKL1TPCN66396	2022/2023	Branca	Diesel	SEDE
96	MMC/L200 TRITON SPO GLSA	SGQ6J17	93XSYKL1TPCN66419	2022/2023	Branca	Diesel	SEDE
97	MMC/L200 TRITON SPO GLSA	SGQ6J19	93XSYKL1TPCN66405	2022/2023	Branca	Diesel	SEDE
98	MMC/L200 TRITON SPO GLSA	SGQ6J22	93XSYKL1TPCN66401	2022/2023	Branca	Diesel	SEDE
99	MMC/L200 TRITON SPO GLSA	SGQ6J23	93XSYKL1TPCN66437	2022/2023	Branca	Diesel	SEDE
100	MMC/L200 TRITON SPO GLSA	SGQ6J25	93XSYKL1TPCN66567	2022/2023	Branca	Diesel	SEDE
101	MMC/L200 TRITON SPO GLSA	SGQ6J28	93XSYKL1TPCN66549	2022/2023	Branca	Diesel	SEDE
102	MMC/L200 TRITON SPO GLSA	SGQ6J29	93XSYKL1TPCN66540	2022/2023	Branca	Diesel	SEDE
103	MMC/L200 TRITON SPO GLSA	SGQ6J32	93XSYKL1TPCN66446	2022/2023	Branca	Diesel	SEDE
104	MMC/L200 TRITON SPO GLSA	SGQ6J34	93XSYKL1TPCN66615	2022/2023	Branca	Diesel	SEDE
105	MMC/L200 TRITON SPO GLSA	SGQ6J36	93XSYKL1TPCN66554	2022/2023	Branca	Diesel	SEDE
106	MMC/L200 TRITON SPO GLSA	SGQ6J43	93XSYKL1TPCN66558	2022/2023	Branca	Diesel	SEDE
107	MMC/L200 TRITON SPO GLSA	SGQ6J44	93XSYKL1TPCN66576	2022/2023	Branca	Diesel	SEDE
108	MMC/L200 TRITON SPO GLSA	SGQ6J46	93XSYKL1TPCN66479	2022/2023	Branca	Diesel	SEDE
109	MMC/L200 TRITON SPO GLSA	SGQ6J47	93XSYKL1TPCN66470	2022/2023	Branca	Diesel	SEDE
110	MMC/L200 TRITON SPO GLSA	SGQ6J51	93XSYKL1TPCN66455	2022/2023	Branca	Diesel	SEDE
111	MMC/L200 TRITON SPO GLSA	SGQ6J52	93XSYKL1TPCN66631	2022/2023	Branca	Diesel	SEDE
112	MMC/L200 TRITON SPO GLSA	SGQ6J53	93XSYKL1TPCN66706	2022/2023	Branca	Diesel	SEDE
113	MMC/L200 TRITON SPO GLSA	SGQ6J54	93XSYKL1TPCN66525	2022/2023	Branca	Diesel	SEDE
114	MMC/L200 TRITON SPO GLSA	SGQ6J56	93XSYKL1TPCN66512	2022/2023	Branca	Diesel	SEDE
115	MMC/L200 TRITON SPO GLSA	SGQ6J59	93XSYKL1TPCN66498	2022/2023	Branca	Diesel	SEDE
116	MMC/L200 TRITON SPO GLSA	SGQ6J61	93XSYKL1TPCN66751	2022/2023	Branca	Diesel	SEDE
117	MMC/L200 TRITON SPO GLSA	SGQ6J63	93XSYKL1TPCN66760	2022/2023	Branca	Diesel	SEDE
118	MMC/L200 TRITON SPO GLSA	SGQ6J65	93XSYKL1TPCN66715	2022/2023	Branca	Diesel	SEDE
119	MMC/L200 TRITON SPO GLSA	SGQ6J66	93XSYKL1TPCN66737	2022/2023	Branca	Diesel	SEDE
120	MMC/L200 TRITON SPO GLSA	SGQ6J70	93XSYKL1TPCN66642	2022/2023	Branca	Diesel	SEDE
121	MMC/L200 TRITON SPO GLSA	SGQ6J71	93XSYKL1TPCN66663	2022/2023	Branca	Diesel	SEDE
122	MMC/L200 TRITON SPO GLSA	SGQ6J73	93XSYKL1TPCN66728	2022/2023	Branca	Diesel	SEDE
123	MMC/L200 TRITON SPO GLSA	SGQ6J75	93XSYKL1TPCN66653	2022/2023	Branca	Diesel	SEDE
124	MMC/L200 TRITON SPO GLSA	SGQ6J78	93XSYKL1TPCN66675	2022/2023	Branca	Diesel	SEDE
125	MMC/L200 TRITON SPO GLSA	SGQ6J80	93XSYKL1TPCN66685	2022/2023	Branca	Diesel	SEDE
126	MMC/L200 TRITON SPO GLSA	SGQ6J81	93XSYKL1TPCN66696	2022/2023	Branca	Diesel	SEDE

127	MMC/L200 TRITON SPO GLSA		93XSYKL1TRCP69142	2023/2023	Branca	Diesel	SEDE
128	MMC/L200 TRITON SPO GLSA		93XSYKL1TRCP69157	2023/2023	Branca	Diesel	SEDE
129	MMC/L200 TRITON SPO GLSA		93XSYKL1TRCP69180	2023/2023	Branca	Diesel	SEDE
130	MMC/L200 TRITON SPO GLSA		93XSYKL1TRCP69188	2023/2023	Branca	Diesel	SEDE
131	MMC/L200 TRITON SPO GLSA		93XSYKL1TRCP69195	2023/2023	Branca	Diesel	SEDE
132	MMC/L200 TRITON SPO GLSA		93XSYKL1TRCP69203	2023/2023	Branca	Diesel	SEDE
133	MMC/L200 TRITON SPO GLSA		93XSYKL1TRCP69210	2023/2023	Branca	Diesel	SEDE
134	MMC/L200 TRITON SPO GLSA		93XSYKL1TRCP69218	2023/2023	Branca	Diesel	SEDE
135	MMC/L200 TRITON SPO GLSA		93XSYKL1TRCP69226	2023/2023	Branca	Diesel	SEDE

ANEXO IV

ENDEREÇOS DA SEDE E DOS ESCRITÓRIOS REGIONAIS DA ANTT

ENDEREÇOS	CONTATOS LOCAIS
ESCRITÓRIO DA ANTT EM SÃO PAULO SP End: Rua Formosa, 367 - Centro – CEP: 01049-911 São Paulo/SP Tel: (11) 3556-4700	Fábia Maria.
ESCRITÓRIO DA ANTT NO RIO DE JANEIRO RJ End: Av. Marechal Câmara 160 – 11º andar, Bairro Centro – Ed. Le Bourget Cep: 20020-080 - RJ Tel: (21) 3504-4700	Lisangela Jorge Carioca Santos
ESCRITÓRIO DA ANTT EM MINAS GERAIS MG End: Av. José Cândido da Silveira, 1200, Bairro Horto/Florestal, CEP: 31035-536, Belo Horizonte/MG. Tel: (31) 3303-1342	Davi Laurence Prezoto Gomes
ESCRITÓRIO DA ANTT NO PARANÁ PR End: Av. Victor Ferreira do Amaral, 1500 – Tarumã CEP 82800-000 - Curitiba - PR	Adailton Meireles Machado

Tel: (41) 3361-7300 ramal 7324	
ESCRITÓRIO DA ANTT EM SANTA CATARINA SC End: Rua Felipe Neves, 413 - Bairro Canto – Florianópolis - SC Cep: 88070-760 Telefones: Coord. Administração e Finanças - (48) 3281-4500 Coord. Fiscalização Cargas e Passageiros - (48) 3281-4500 Coord. Infraestrutura Rodoviária - (48) 3281-4500	Fabiana Carvalho da Silva
ESCRITÓRIO DA ANTT EM FORTALEZA CE Endereço: Av. Deputado Paulino Rocha, 281 - Bairro Cajazeiras CEP: 60864-311 Telefone: (085) 3388 - 8101	Francisca Veronica Jucá de Moraes
ESCRITÓRIO DA ANTT EM GOIÂNIA GO Endereço: Nona Avenida, R. 25 de Março, 11 - Quadra. A 34, 2º andar - Setor Leste Universitário, Goiânia -GO CEP: 74603-010 Telefone: (62) 3088-4439	Eduardo Costa Borges
ESCRITÓRIO DA ANTT EM CUIABÁ MT Endereço: R. Joaquim Murtinho, 1400 - anexo à sede da PRF - Centro, Cuiabá CEP: 78020-290 Telefone: (61) 3410-8320	Sandro Rogerio Fuloni Carvalho
SEDE DA ANTT EM BRASÍLIA DF Endereço: SCES Trecho 3 Polo 8 lote 10 Projeto Orla, Brasília -DF CEP: 70.200-003 Telefone: (61)34101013	Ana Carolina Macedo Lubcke

ANEXO V
ORDEM DE SERVIÇO

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT		ORDEM DE SERVIÇO N° _____/20____
		Processo n° 50500. _____
		Nota de Empenho _____
Unidade Organizacional a ser entregue /Endereço de Entrega _____		
CEP -	Telefone () -	Email: _____
Empresa Contratada: _____		
CNPJ _____		_____
Endereço _____	Cidade _____	UF _____
CEP _____	TEEFONE _____	EMAIL _____
Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO N° _____		
Veículo(s)/Modelo: _____		
Placa(s): _____		

ANEXO VI - PLANILHA DE PREÇOS

GRUPO	ITEM	UNID MEDIDA	DESCRIÇÃO	CATSERV	QTD	Valor Unitário Mensal	Valor Total Mensal	Valor Total Anual
1	1	unid	Serviço de monitoramento e rastreamento veicular por meio de satélite GPS/GMS/RPRS, compreendendo a instalação de módulos rastreadores em comodato, disponibilização e licença de software de gerenciamento com acesso via Web e os respectivos serviços de instalação, configuração, capacitação, suporte técnico e garantia de funcionamento, conforme sequência de 01 a 96 da tabela do Anexo III, com início de efetivo monitoramento a partir de 01/01/2024.	25410	96			
	2	unid	Serviço de monitoramento e rastreamento veicular por meio de satélite GPS/GMS/RPRS, compreendendo a instalação de módulos rastreadores em comodato, disponibilização e licença de software de gerenciamento com acesso via Web e os respectivos serviços de instalação, configuração, capacitação, suporte técnico e garantia de funcionamento, conforme sequência de 97 a 135 da tabela do Anexo III, com início de efetivo monitoramento a partir de 01/08/2023.	25410	39			
	TOTAL				135			

*OBS: 1. Por se tratarem de veículos novos, os veículos do item 2, inicialmente estarão vinculados a cidade de Brasília DF, mas após a assinatura do contrato esses veículos poderão estar vinculados a quaisquer outros escritórios da Agência.



Documento assinado eletronicamente por **MARCIO XAVIER DE ARAUJO, Coordenador(a)**, em 14/09/2023, às 11:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **CARLOS ALBERTO COELHO CORDEIRO, Técnico Administrativo**, em 14/09/2023, às 14:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **RAFAEL MOYA FERNANDES LOPES, Gerente**, em 14/09/2023, às 17:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **CLAUDIA FATIMA DA FONSECA ALVES, Superintendente Substituto(a)**, em 15/09/2023, às 15:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.antt.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **18877510** e o código CRC **C2910FB5**.

E